



CARTA ABERTA AO PRESIDENTE DA ANPUH E AOS COLEGAS
HISTORIADORES

Prezado Prof. Benito Bisso Schmidt

Presidente da Associação Nacional dos Professores Universitários de
História

Tendo tomado conhecimento do documento enviado pela ANPUH à Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação sobre "Mudanças nas denominações de alguns cursos", que se encontra na página da entidade, bem como de carta de sua autoria, datada de 11 de julho, em que conclama os deputados a votarem antes do recesso parlamentar o *Projeto de Regulamentação da Profissão de Historiador* (PL 4699, de 2012), venho por meio desta, na qualidade de presidente do Comitê Brasileiro de História da Arte, fazer algumas ponderações:

1. No documento enviado à Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, a ANPUH defende "a necessidade de padronização dos referenciais ou nomenclaturas dos cursos de graduação, evitando a proliferação de cursos com nomenclaturas que dificultam a inserção do egresso no mercado de trabalho". Manifesta-se favoravelmente ao reconhecimento dos novos cursos de graduação em Arqueologia e Museologia, entendendo-os como áreas específicas de formação, na medida em que "contam hoje com Departamentos autônomos dentro da estrutura das Universidades, Associações profissionais próprias, realizam eventos de caráter nacional e internacional próprios e são reconhecidas em outros países como áreas de formação e atuação profissional autônomas", mas se posiciona de modo francamente contrário aos cursos de graduação em História da Arte, como se pode constatar no trecho reproduzido abaixo:

*Por outro lado, concordamos que não se pode permitir a proliferação de cursos em nível de Graduação que **representam apenas um***



recorte, uma especialização em nossa área, o que é pertinente para cursos em nível de Pós-Graduação. Por isso concordamos que cursos com denominações como História da Arte e História, Teoria e Crítica da Arte devam convergir para a denominação História – Bacharelado e História – Licenciatura dependendo se o perfil do egresso que se quer formar se destina ao ensino ou a atuação profissional específica em instituições que lidam com objetos artísticos.

A esse respeito, faz-se necessário ressaltar que a História da Arte é um campo de conhecimento especializado, reconhecido internacionalmente, com mais de quatro séculos de tradição. Suas origens datam do Renascimento, quando estudiosos observaram a necessidade de analisar e constituir um conhecimento específico sobre as manifestações artísticas do período, em especial as artes plásticas e a arquitetura. Desde então, a História da Arte institucionalizou-se enquanto disciplina autônoma, contando com métodos e abordagens próprios.

Ao longo do século XIX, surgiram, na Europa, diversos departamentos universitários de história da arte. Na primeira metade do século XX, criaram-se aqueles que se consideram, até os dias de hoje, entre os mais fortes centros de pesquisa no âmbito da história da arte; pense-se, sobretudo, no Instituto Courtauld, em Londres, criado em 1931, ao qual se uniu posteriormente o Instituto Warburg, surgido a partir de um núcleo de pesquisadores alemães forçados a emigrar para a Inglaterra em decorrência da Segunda Guerra. Nesse período, as maiores e mais influentes universidades do mundo ocidental contavam, já, com departamentos voltados ao estudo e pesquisa da história da arte, organizados com independência em relação aos departamentos de História e seus profissionais. Ao longo do século, mesmo universidades de menor porte passaram a contar com departamentos específicos de história da arte.

A autoridade da História da Arte como campo de conhecimento sólido e autônomo expressa-se também pela existência e atuação do Comitê Internacional de História da Arte (CIHA), atuante desde 1913, e, no Brasil, do Comitê Brasileiro de História da Arte, fundado em 1972. O CBHA conta hoje com 72 membros efetivos e 12 membros honorários, profissionais oriundos de



diferentes áreas de conhecimento e com trajetórias consolidadas no campo da História da Arte. Ressalte-se a atuação decisiva de vários desses profissionais, no Brasil, na criação de instituições e políticas culturais e de preservação do patrimônio, na implementação de cursos de graduação e de programas de pós-graduação na área, e na formação de pesquisadores qualificados, em diferentes níveis. Vários de nossos membros são Bolsistas Produtividade CNPq e desempenham, há décadas, papéis relevantes não apenas no ambiente acadêmico-científico, mas também em museus, editoras, centros de pesquisa, galerias de arte e em instituições culturais e artísticas. O CBHA realizará, em setembro próximo, seu 33º Colóquio, e suas atividades vêm sendo regularmente financiadas pelas mais importantes agências de fomento nacionais e estaduais, a saber, CAPES e CNPq, FAPESP e FAPERJ, entre outras.

Cabe ainda lembrar que, na Tabela de Áreas de Conhecimento da CAPES, a História da Arte encontra-se inserida na grande área “Linguística, Letras e Artes” e, dentro desta, na área de avaliação “Artes/Música”, o que nos indica o reconhecimento do governo brasileiro quanto à especificidade de nosso campo de atuação e sua autonomia em relação à História.

Nos últimos 5 anos foram criados, no Brasil, novos cursos de graduação em História da Arte em diferentes instituições de ensino superior, estimulados pelo programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) do Governo Federal (UFRJ, Unifesp, UFRGS, UnB) e respondendo a demandas reprimidas. Esses cursos já estão em funcionamento e oferecem uma formação específica que não é contemplada nos cursos de história que, em sua grande maioria, não tratam do estatuto da imagem nem da experiência artístico-poética e não possibilitam uma formação aprofundada sobre as artes. Todos esses cursos possuem direções e programas diferenciados entre si, mas comungam de uma mesma premissa, qual seja, a de que a história da arte constitui um espaço autônomo no âmbito acadêmico e na atuação prática, cujos objetivos e critérios ultrapassam o de tratamento da obra como “documento de época”, o que implica em uma metodologia diferenciada relativamente à do



historiador.

2. Em sua carta aos deputados federais, o senhor assinala que o projeto de lei acima referido “não faz nenhuma restrição a que qualquer pessoa possa escrever e divulgar as suas interpretações sobre o passado, ou escrever narrativas históricas”, e que ele “visa tão somente garantir a presença de historiadores profissionais, com formação qualificada, em lugares onde se realiza o ensino formal e a pesquisa científica de História”.

Na realidade, a grande maioria dos cursos de graduação em História existentes no Brasil, quando oferece a disciplina “história da arte”, o faz, no máximo, em um ou, excepcionalmente, dois semestres, resumindo-se, no mais das vezes, a uma apresentação panorâmica de movimentos e estilos. Esta oferta é desproporcional à carga dos cursos de História da Arte, que ademais incluem disciplinas especiais como antropologia, estética, crítica e curadoria. Fica, portanto, em aberto qual perspectiva curricular e profissional, diante de tal discrepância, dará suporte para a formação do historiador da arte, caso ele seja submetido à exigência de um diploma específico em História para sua atuação.

Os cursos de graduação em História da Arte não hostilizam os cursos de História; muito pelo contrário, saúdam a complementaridade, a interdisciplinaridade e a circulação de conhecimentos, profissionais e estudantes, das quais resultam um grau superior de formação e de proficiência. Por outro lado, os cursos de História da Arte acolhem em suas atividades muitos egressos procedentes do curso de História, interessados em aprofundar sua formação humanística com conhecimentos que raramente encontram no curso de História.

A história da arte é um campo híbrido, como indica sua designação – história + arte –, o que não diminui nenhum dos campos articulados pela soma dos dois termos, mas marca a sua especificidade, a necessidade de sua autonomia, assim como sua interdisciplinaridade, ou, melhor dizendo, sua transversalidade. A exclusão do campo de atuação da história da arte de todos aqueles que não possuam um diploma de graduação em história é, a nosso ver,



um grave equívoco, e oferece o risco palpável de ser desastrosa em vários aspectos, prejudicando atividades que solicitam justamente a especificidade de conhecimentos acima mencionada.

3. A ANPUH congrega alguns historiadores da arte como membros associados e que vêm legitimamente, nos últimos anos, promovendo o debate da História da Arte nos encontros nacionais e nos GTs. Assim, como entidade representativa, a ANPUH deveria zelar pela conformidade plural e autêntica de sua configuração e da própria memória democrática de respeito às diferenças e de incentivo aos diálogos complexos, densos e plurais, em vez de cercear a atuação de parte de sua própria constituição. Mais do que garantir espaço para alguns historiadores em termos trabalhistas, é preciso que a História, diante de sua ampla gama de atuação, seja respeitada e bem construída, o que se faz com conhecimento e competência.

Atenciosamente,

Profa. Dra. Maria de Fátima Morethy Couto
Presidente do CBHA